

Intervenção da Senhora Ministra da Cultura na Audição Regimental de dia 21 de julho

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados

Foi hoje apresentado o Plano de Recuperação Económica e Social para Portugal, uma visão estratégica e de futuro para dar resposta a uma crise global profunda. A crise sanitária provocada pela doença COVID 19 obrigou todos os países a adotarem medidas altamente restritivas para a atividade económica que alteraram significativamente os padrões de interação social.

Neste Plano, a Cultura assume um lugar estratégico. Este é, de facto, o primeiro plano de recuperação económica apresentado em Portugal no qual a cultura ocupa lugar de destaque, o lugar que lhe é próprio. Nunca antes, em diferentes momentos de crise económica e social que o nosso país atravessou, a cultura teve lugar de destaque. Até hoje.

No âmbito deste plano, a cultura assume o lugar próprio de política transversal, motor da dinamização económica e coesão social, com um programa de ação abrangente e inovador.

Cito:

“A importância do sector da cultura no funcionamento das sociedades modernas é incontornável, pelas mais-valias e impactos que traz em termos de inovação e criatividade. Existe um conjunto de iniciativas do Governo que para lidar com a situação de emergência vivida neste sector, que passa pelo apoio aos agentes culturais, e que deve ser reforçado”.

“No âmbito do Plano de Recuperação Económica e Social, as artes e a criatividade constituem um programa de ação abrangente e inovador, que terá como foco as novas gerações, os talentos emergentes, a maior interligação entre agentes culturais e meio envolvente, descentralizando as atividades e promovendo novas áreas e áreas ainda insuficientemente exploradas, embora com núcleos importantes de talento nacional, como as que cruzam criatividade com transição digital”.

Este Plano, senhoras e senhores deputados, assenta numa visão muito clara: as artes, a criatividade, o talento, o património - a Cultura - como fileiras estratégicas do Plano para a Recuperação Económica e Social.

Este Plano, senhoras e senhores Deputados, tem objetivos muito bem definidos:

1. Descentralizar a atividade cultural e artística pela totalidade do território;

2. Promover a emergência e projeção de novos e desconhecidos talentos;
3. Incrementar o interesse dos cidadãos pelas artes;
4. Promover uma inter-relação mais próxima entre artistas e o meio envolvente

Este Plano, senhoras e senhores Deputados, tem medidas ambiciosas, mas realistas e concretas. São 14 medidas para concretizar a curto/médio prazo, agrupadas em 5 áreas de intervenção que abrangem todos os sectores culturais e criativos e impactam em todo o território de Portugal.

Permitam-me que destaque algumas dessas medidas.

O programa nacional para as artes nas infraestruturas e equipamentos públicos, que tem como objetivo promover e apoiar a criação artística no âmbito dos investimentos públicos infraestruturais, como por exemplo a rede de Metro. Algo que já é prática em vários países, que ocorre ocasionalmente em Portugal e que queremos expandir e consolidar.

O plano nacional de investimento em reabilitação e integração do património cultural e natural, que visa restaurar e dinamizar os muitos monumentos, palácios e museus do país, a maioria dos quais integra espaços naturais de biodiversidade, importantes ativos culturais para o desenvolvimento económico e a coesão territorial.

O investimento em redes artísticas e culturais no país - a rede nacional de teatros, cineteatros e cineclubes, a rede nacional de arte contemporânea e a criação de uma rede de residências artísticas no território. Investimento na sua modernização tecnológica, na capacitação dos seus recursos e na melhoria das suas condições físicas para que constituam verdadeiros espaços para a criação e a programação em todas as áreas artísticas, em todo o país.

Finalmente, destaco algumas medidas na área da criatividade, tecnologia e digitalização. Por um lado, propostas que articulam cultura e ciência, como o programa para a investigação e desenvolvimento de competências altamente especializadas na área da cultura - como a conservação e restauro - a criação de um laboratório em rede para a investigação em património cultural; por outro lado, medidas que concretizam o potencial tecnológico no plano cultural, como o programa de investimento na digitalização de conteúdos e obras artísticas.

Uma visão, um plano, medidas concretas. Alinhadas com a estratégia que este Governo delineou para o seu mandato. Recordo o que aqui afirmei em janeiro de 2020, na apresentação do Orçamento de Estado para a Cultura:

“território, artistas, cidadãos e empresas. Estas são as infraestruturas da nossa política pública para a cultura, que norteiam todas as medidas concretas que vamos implementar. O território é a base, é o

texto que conta a história através do património cultural, material e imaterial, é o terreno onde se fixam redes de equipamentos e espaços de criação e programação, é o espaço natural de circulação da cultura”

Sabemos que o contexto mudou, muito, desde janeiro de 2020. Temos, hoje, desafios e problemas que não existiam há 6 meses. Mas a nossa prioridade, o nosso compromisso mantém-se: aumentar o investimento público em cultura, apoiar e promover os artistas nacionais, envolver todos nesta missão e chegar a todo o território. Agora, num esforço de investimento e de ambição adequado a uma crise sem precedentes no sector da cultura e no país.

Mas o Plano de Recuperação Económica não esgota, pelo contrário, a nossa estratégia para a cultura.

No tempo do curto prazo, aprovámos as medidas já aqui discutidas e aprovadas através do Orçamento Suplementar.

De facto, o Orçamento Suplementar consagrou um reforço financeiro de cerca de 70 milhões de euros para a cultura, um valor inédito que permitirá dar respostas adequadas aos problemas dos trabalhadores do setor da cultura e às dificuldades vividas pelos equipamentos e estruturas.

Recordo as linhas de apoio aprovadas:

- 34 milhões de euros, de apoio direto às pessoas e às estruturas, repartidos por uma linha de apoio social para os profissionais independentes da cultura, por uma linha de apoio a equipamentos e estruturas, com o objetivo de apoiar a atividade, e por uma linha de adaptação dos espaços em resposta às exigências da pandemia;
- Reforço de 8,5 milhões de euros do orçamento do ICA;
- 30 milhões de euros, via fundos comunitários, para a programação cultural em rede em todas as regiões. Estão já abertos avisos para as candidaturas a este programa, através dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

Este pacote financeiro irá ser operacionalizado de forma automatizada, para que as entidades e os cidadãos possam ter acesso aos apoios previstos num curto espaço de tempo, fazendo uso das ferramentas que o Estado tem ao seu dispor para que se exija o mínimo de informação aos requerentes. Assim, todos os formulários estarão disponíveis para preenchimento online no sítio do PEES na Internet, utilizando-se os serviços de interoperabilidade entre as várias entidades do Estado, designadamente a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Instituto da Segurança Social.

Paralelamente ao PEES, a estratégia para a Cultura no curto prazo vai também, através do OE para 2021, dar continuidade ao esforço de

investimento aprovado já este ano e ao aumento do investimento público anual do Estado em Cultura. Recordo que 2021 será o ano de lançamento do novo ciclo de apoio sustentado às artes, bem como de continuação das políticas de aquisição de arte contemporânea, de apoio à criação literária e ao setor do livro, ao cinema e audiovisual e à reabilitação do património.

Senhoras e Senhores deputados, o que aqui vos tenho vindo a referir pode sintetizar-se da seguinte forma: a nossa estratégia para a Cultura está a ser trabalhada a três tempos. No curto prazo, vamos trabalhar para que a Cultura continue a ser uma área com reforço de investimento público através dos Orçamentos de Estado. No médio prazo, estamos a colocar a Cultura no seu lugar de direito enquanto pilar estratégico do Plano de Relançamento Económico e Social do País. No médio / longo prazo vamos trabalhar para garantir um papel mais central da Cultura no próximo quadro comunitário de apoio (2021-2027), com particular destaque para a área do património cultural, do investimento em arte e dos apoios aos artistas.

Muito obrigado,

Graça Fonseca

21 de julho